

SR(a) Pregoeiro(a), conforme a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 59, § 4º, prevê que a Administração deve exigir do licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta quando houver indícios de inexecuibilidade:

Art. 59, § 4º - *"A Administração exigirá do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta quando o preço for manifestamente inexequível ou não for compatível com os preços de mercado."*

No caso, a proposta do concorrente, apresenta um valor muito abaixo do mercado, o pregoeiro tem o dever de exigir comprovação da viabilidade da execução do objeto pelos valores ofertados.

O artigo 60 da Lei nº 14.133/2021 estabelece os parâmetros para considerar um preço inexequível, citando que a Administração pode fixar critérios objetivos para essa análise. Caso a licitação não tenha previsto tais critérios no edital, o pregoeiro se baseia em preços referenciais do mercado para identificar propostas suspeitas de inexecuibilidade.

Art. 60 - *"Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário que não seja compatível com os preços de mercado, na forma estabelecida no edital."*

O licitante deve comprovar a viabilidade da proposta, conforme artigo 59, § 5º, por meio de:

- Notas fiscais de aquisição de insumos;
- Tabelas de custos operacionais;
- Demonstração da estrutura de formação do preço;

Art. 59, § 5º - *"A demonstração da exequibilidade poderá ser feita por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado ou por outros meios admitidos em direito."*

Venho por meio deste solicitar essa comprovação, pois a omissão da Administração Pública pode gerar prejuízos e riscos significativos, tais como:

- Inexecução contratual por falta de viabilidade financeira;
- Rescisão contratual e necessidade de nova contratação emergencial;
- Prejuízos à continuidade do serviço ou fornecimento de bens;
- Risco de danos ao erário e responsabilização do gestor público.

Além disso, a ausência de verificação da viabilidade da proposta pode configurar falha na condução do certame, violando os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Logo se conclui que, ao não solicitar a comprovação da viabilidade de uma proposta com indícios de inexecuibilidade, pode estar descumprindo normas legais e colocando em risco a execução do contrato. Assim, recomenda-se a formalização de um questionamento à autoridade competente, solicitando a aplicação do artigo 59, § 4º e § 5º, para garantir a regularidade do certame e a proteção ao interesse público.

Atenciosamente.